PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 41 ,DE 2008.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA QUE ESPECIFICA AO SENAC – SERVIÇO NACIONAL DO COMÉRCIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU:

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte **LEI COMPLEMENTAR**:

Art. 1º Fica outorgada concessão de direito real de uso, nos termos do art. 104, da Lei Orgânica do Município, ao **SENAC – SERVIÇO NACIONAL DO COMÉRCIO**, CNPJ/MF nº 03.709.814/0001-98, com sede na Rua Dr. Vila Nova, nº 228 – 7º andar – São Paulo (SP), da área pública adiante identificada objeto da Matrícula nº 30597, do CRI local, e cujas plantas, memorial descritivo e laudo avaliatório instruem os autos do Processo Administrativo nº 2527/2008.

Área “A” situada no imóvel denominado Jardim Paulista:

“Com área de 5.070,00 m² (cinco mil e setenta metros quadrados), de forma triangular, medindo 84,00 metros em segmento de reta e curva de frente para a Rua Tomé Augusto da Costa; 113,44 metros (11,94 m + 4,5 m + 7,00 metros) em segmentos de retas e curvas do lado direito de quem da rua olha para o imóvel, confrontando com área “C” e 152,50 metros do lado esquerdo, confrontando com imóvel de propriedade de João Murilo.”

Parágrafo único. A concessão de direito real de uso será formalizada mediante o respectivo instrumento particular e escritura pública.

Art. 2º A concessão de direito real de uso que se destinará à instalação da sede como entidade sindical para desenvolvimento de suas atividades estatutárias, será inicialmente por até 50 (cinquenta) anos, podendo ser prorrogada/renovada, segundo a conveniência das partes e existência do interesse público.

Parágrafo Único. Durante o prazo de vigência da concessão, ao concessionário caberá o direito de uso e gozo do imóvel, e as obrigações de conservar, manter, proteger e guardar contra turbações, esbulhos e atos lesivos de terceiros, como se dona fosse.

Art. 3º O concessionário poderá realizar obras de benfeitorias mediante projeto(s) a ser aprovado(s) pelos órgãos e entidades competentes do Poder Público Municipal, segundo parâmetros e diretrizes emitidos por esses.

§1º - Na elaboração do(s) projeto(s) arquitetônico (s) paisagístico (s) deverá ser observada a facilitação do acesso e do trânsito de pessoas portadoras de deficiências no local.

§ 2º - A realização de qualquer obra sem prévia autorização do Poder Público Municipal implicará na imediata revogação da concessão.

Art. 4º O concessionário deverá iniciar e concluir a construção de sua sede num prazo de 60 (sessenta) meses contados da lavratura da escritura pública de concessão.

Art. 5º Quando do término da concessão de direito real de uso o concessionário deverá devolver a área para a Administração Municipal no estado em que se encontrar, sem prejuízo de responder administrativa, civil e criminalmente por danos que vierem a ser apurados.

§ 1º - As benfeitorias e acessões, à medida que forem realizadas, serão imediata e automaticamente incorporadas ao patrimônio público municipal, não cabendo ao concessionário qualquer direito a indenização, compensação ou retenção por tais acréscimos.

§ 2º - Os membros da diretoria do concessionário, independentemente do término de seus mandatos, respondem perante a Administração Municipal solidariamente por todas as obrigações assumidas pela entidade, persistindo mesmo após a extinção da pessoa jurídica.

Art. 6º A presente concessão de direito real de uso com prazo inicial de 50 (cinquenta) anos, que pode ser prorrogado/renovado por conveniência das partes e prevalência do interesse público, é outorgada em caráter pessoal e intransferível, e a qualquer tempo, apesar do prazo fixado na legislação autorizativa, mediante prévia notificação ao concessionário, motivação e justificativa para o ato, o concedente poderá reivindicar a reintegração na posse do imóvel, devendo o concessionário promover às suas expensas, no prazo máximo de um (01) ano, a desocupação da Área cujo uso ora é concedido, não lhe cabendo direito a retenção e/ou indenização ou ressarcimento, a qualquer título, por benfeitorias e acessões, lucros cessantes ou perdas e danos.

Art. 7º A infração pelo concessionário a qualquer dos dispositivos da presente Lei Complementar, independentemente da revogação da concessão, e das sanções civis e penais, implicará na imposição da penalidade pecuniária correspondente a 10% (dez por cento) do valor da avaliação constante do Laudo inserto nos autos do Processo Administrativo nº 2527/2008, nos termos dos artigos 408 *usque* 412, do Código Civil Brasileiro (LF nº 10406/02), com a atualização/correção monetária até a data de sua aplicação.

Parágrafo Único. O não pagamento da multa no prazo de 30 (trinta) dias contados da Notificação expedida pela Prefeitura, esgotados os recursos administrativos que eventualmente o concessionário deseje interpor, autorizará a inscrição do débito em Dívida Ativa e sua cobrança, extrajudicial e/ou judicialmente.

Art. 8º Todas as custas, despesas e os emolumentos com escritura pública e registros correrão por conta do Concessionário.

Art. 9º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e onerando as despesas com sua execução por conta das verbas próprias consignadas em orçamento.

Mogi Guaçu,

**HÉLIO MIACHON BUENO
PREFEITO MUNICIPAL**

AUTÓGRAFO N.º 4.618, DE 2008
(Projeto de Lei Complementar nº. 41/2008)

A CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI GUAÇU APROVA:

Art. 1º Fica outorgada concessão de direito real de uso, nos termos do art. 104, da Lei Orgânica do Município, ao **SENAC – SERVIÇO NACIONAL DO COMÉRCIO**, CNPJ/MF nº 03.709.814/0001-98, com sede na Rua Dr. Vila Nova, nº 228 – 7º andar – São Paulo (SP), da área pública adiante identificada objeto da Matrícula nº 30597, do CRI local, e cujas plantas, memorial descritivo e laudo avaliatório instruem os autos do Processo Administrativo nº 2527/2008.

Área “A” situada no imóvel denominado Jardim Paulista:

“Com área de 5.070,00 m² (cinco mil e setenta metros quadrados), de forma triangular, medindo 84,00 metros em segmento de reta e curva de frente para a Rua Tomé Augusto da Costa; 113,44 metros (11,94 m + 4,5 m + 7,00 metros) em segmentos de retas e curvas do lado direito de quem da rua olha para o imóvel, confrontando com área “C” e 152,50 metros do lado esquerdo, confrontando com imóvel de propriedade de João Murilo.”

Parágrafo único. A concessão de direito real de uso será formalizada mediante o respectivo instrumento particular e escritura pública.

Art. 2º A concessão de direito real de uso que se destinará à instalação da sede como entidade sindical para desenvolvimento de suas atividades estatutárias, será inicialmente por até 50 (cinquenta) anos, podendo ser prorrogada/renovada, segundo a conveniência das partes e existência do interesse público.

Parágrafo Único. Durante o prazo de vigência da concessão, ao concessionário caberá o direito de uso e gozo do imóvel, e as obrigações de conservar, manter, proteger e guardar contra turbações, esbulhos e atos lesivos de terceiros, como se dona fosse.

Art. 3º O concessionário poderá realizar obras de benfeitorias mediante projeto(s) a ser aprovado(s) pelos órgãos e entidades competentes do Poder Público Municipal, segundo parâmetros e diretrizes emitidos por esses.

§1º - Na elaboração do(s) projeto(s) arquitetônico (s) paisagístico (s) deverá ser observada a facilitação do acesso e do trânsito de pessoas portadoras de deficiências no local.

§ 2º - A realização de qualquer obra sem prévia autorização do Poder Público Municipal implicará na imediata revogação da concessão.

Art. 4º O concessionário deverá iniciar e concluir a construção de sua sede num prazo de 60 (sessenta) meses contados da lavratura da escritura pública de concessão.

Art. 5º Quando do término da concessão de direito real de uso o concessionário deverá devolver a área para a Administração Municipal no estado em que se encontrar, sem prejuízo de responder administrativa, civil e criminalmente por danos que vierem a ser apurados.

§ 1º - As benfeitorias e acessões, à medida que forem realizadas, serão imediata e automaticamente incorporadas ao patrimônio público municipal, não cabendo ao concessionário qualquer direito a indenização, compensação ou retenção por tais acréscimos.

§ 2º - Os membros da diretoria do concessionário, independentemente do término de seus mandatos, respondem perante a Administração Municipal solidariamente por todas as obrigações assumidas pela entidade, persistindo mesmo após a extinção da pessoa jurídica.

Art. 6º A presente concessão de direito real de uso com prazo inicial de 50 (cinquenta) anos, que pode ser prorrogado/renovado por conveniência das partes e prevalência do interesse público, é outorgada em caráter pessoal e intransferível, e a qualquer tempo, apesar do prazo fixado na legislação autorizativa, mediante prévia notificação ao concessionário, motivação e justificativa para o ato, o concedente poderá reivindicar a reintegração na posse do imóvel, devendo o concessionário promover às suas expensas, no prazo máximo de um (01) ano, a desocupação da Área cujo uso ora é concedido, não lhe cabendo direito a retenção e/ou indenização ou ressarcimento, a qualquer título, por benfeitorias e acessões, lucros cessantes ou perdas e danos.

Art. 7º A infração pelo concessionário a qualquer dos dispositivos da presente Lei Complementar, independentemente da revogação da concessão, e das sanções civis e penais, implicará na imposição da penalidade pecuniária correspondente a 10% (dez por cento) do valor da avaliação constante do Laudo inserto nos autos do Processo Administrativo nº 2527/2008, nos termos dos artigos 408 *usque* 412, do Código Civil Brasileiro (LF nº 10406/02), com a atualização/correção monetária até a data de sua aplicação.

Parágrafo Único. O não pagamento da multa no prazo de 30 (trinta) dias contados da Notificação expedida pela Prefeitura, esgotados os recursos administrativos que eventualmente o concessionário deseje interpor, autorizará a inscrição do débito em Dívida Ativa e sua cobrança, extrajudicial e/ou judicialmente.

Art. 8º Todas as custas, despesas e os emolumentos com escritura pública e registros correrão por conta do Concessionário.

Art. 9º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e onerando as despesas com sua execução por conta das verbas próprias consignadas em orçamento.

Câmara Municipal de Mogi Guaçu, 05 de Agosto de 2008.

Vereador JOSÉ ROBERTO MACHADO
Presidente

Ver. IVENS SABINO CHIARELLI
1º Secretário

Ver. SALVADOR FRANCELI NETO
2º Secretário